

# EMBAIXADA ITINERANTE: O Navio Escola Brasil Como Instrumento de Política Externa

Filipe de Oliveira Lopes\*

## RESUMO

Este Ensaio de Conclusão de Curso tem a finalidade de apresentar o Navio Escola “Brasil” como um eficaz instrumento de diplomacia naval brasileiro na formulação de uma política externa, que busca uma maior inserção no cenário mundial. Será contextualizada a evolução do Sistema Internacional, em uma análise da interação entre a Defesa e a Diplomacia, traduzidas no conceito de diplomacia naval, como mecanismos indissociáveis na formulação das políticas de hard e soft power no Brasil. O potencial de um navio de guerra como instrumento diplomático em ações de “mostrar a bandeira”, e de levar a cultura brasileira em uma Embaixada Itinerante que simboliza o nosso desenvolvimento tecnológico, pode militar e capacidade profissional. Procurou-se concluir que o NE “Brasil” possui um importante valor estratégico, porém subaproveitado por parte do Estado brasileiro. Essa plataforma contribui de modo profícuo na afirmação do país como principal líder regional e na consolidação como ator internacional.

**Palavras-chave:** Brasil; Poder Militar; Diplomacia Naval; Política Externa.

## ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper aims to present the Brazilian Training Ship “Brasil” as an effective instrument of naval diplomacy in the formulation of Brazil’s Foreign Policy, which has been looking to enhance its presence in the global scenario. Along this work, the International System Evolution will be contextualized, within an analysis of the interaction between Defense and Diplomacy, translated to the concept of Naval Diplomacy, as inseparable elements in the formulation of Brazilian hard and soft power policies. In addition, this study presents the potential held by a warship as diplomatic performing activities of “Show the Flag”, its take the Brazilian culture in an itinerary embassy that symbolizing our technological development, military power and professional competence. Finally, its concluded that the Training-Ship “Brasil” holds an important strategic value to the nation, not being, however, explored in its optimal potential by the Brazilian Nation. This platform contributes fruitfully for the country’s assertion as core regional leader and for its consolidation as international player.

**Keywords:** Brazil; Military Power; Naval Diplomacy; Foreign Policy.

A evolução do Sistema Internacional, marcada pelo fim da bipolaridade e a ascensão da multilateralidade, possibilitou o surgimento de uma nova ordem mundial, em que os países procuram formular suas Políticas Externas com o fim de garantir seus interesses. A manutenção da paz mundial está diretamente ligada ao equilíbrio de poder. Para tanto, os países utilizam o meio diplomático na busca de seus próprios interesses, não deixando de lado seus instrumentos e mecanismos de Poder Militar; na garantia da soberania e integridade territorial frente às novas ameaças com um caráter assimétrico.

O Brasil busca se consolidar no cenário internacional, além de se afirmar como potência regional do subcontinente Sul-Americano, o que torna cada vez mais necessário o uso de mecanismos profícuos na projeção do interesse nacional. Dessa forma, a diplomacia naval surge como um importante instrumento de Política Externa para o país. O presente ensaio tem a finalidade de apresentar o Navio Escola “Brasil”, analisando o potencial das atividades diplomáticas desenvolvidas por essa plataforma, na afirmação do país como principal líder regional e um importante ator internacional. Com base nos conceitos de Poder Militar e da Diplomacia; de maneira a discutir o Poder Naval, componente marítima do Poder Militar, na ação de “mostrar a bandeira” como uma atividade essencial na formulação da Política Externa brasileira.

O trabalho procura desenvolver uma análise do uso do Poder Militar de forma diplomática, conceituando e contextualizando as noções de hard e soft power. No Brasil, cabe à Marinha do Brasil aplicar e empregar o Poder Naval como instrumento de Política Externa, o artigo visa ainda verificar a aplicação desses conceitos, nas atividades desenvolvidas pelo NE “Brasil”, durante a Viagem de Instrução de Guardas-Marinha.

## O ESTADO E A EVOLUÇÃO PARA O ATUAL SISTEMA INTERNACIONAL

O Sistema Internacional é constituído por Estados soberanos, a unidade básica das relações internacionais. Ser soberano significa

possuir um poder supremo, inquestionável e indivisível em seu território, sobre seu povo e no ordenamento jurídico, porém iguais perante a comunidade internacional. Inicialmente esse conceito era vinculado ao poder absoluto do monarca, hoje a definição de Estado soberano moderno tornou esse poder mais fraco, fruto de uma dinâmica global baseada no equilíbrio de poder proposto por organismos internacionais, empresas multinacionais e vinculada ao reconhecimento internacional, tornando as questões atinentes ao poder soberano mutáveis e discutíveis.

A globalização, desenvolvimento dos transportes e meio de comunicações mudaram a dinâmica de produção e circulação de produtos e mercadorias. A Divisão Internacional do Trabalho possibilitou a expansão de grandes empresas; as quais, ao se espalharem pelo mundo, tornaram-se responsáveis pela integração e a constituição de uma economia em âmbito mundial. Essa nova dinâmica trouxe a concepção de Política Externa como a postura e ações dos Estados, com objetivos relativos ao interesse nacional, frente ao novo e complexo Sistema Internacional definido por Raymond Aron (2002, p. 153) como “o conjunto constituído de unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”.

As relações entre os Estados são os alicerces do sistema internacional, Relações essas que podem se traduzir no conceito de diplomacia enunciado por Macedo (2013) como instrumento para conduzir a Política Externa, refletindo os objetivos e atitudes de um Estado em relação aos outros além de ser responsável pela formulação e identificação dos interesses da nação. Essa dinâmica, no entanto, vem sofrendo constantes mudanças principalmente no período que se iniciou com o pós-Guerra Fria. O novo modelo de poder mundial marcado pelo fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética significou a vitória capitalista sobre os ideais comunistas, levando alguns teóricos a considerar que a ascensão unilateral da superpotência norte-americana traria um período de paz no mundo, funcionando como “o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a

\* Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval. Oficial da Marinha do Brasil do Corpo da Armada e Ex-Presidente do Grêmio de Relações Internacionais da Escola Naval. Email: filipeolopes@gmail.com

universalização da democracia liberal do Ocidente como forma final de governo humano” (FUKUYAMA, 1992, p. 4).

Essa visão de um modelo unilateral e hegemônico acompanhada por políticas neoliberais pareceu, no primeiro momento, afastar o Estado das principais decisões econômicas e políticas. No entanto, o conceito de Fukuyama não se consolidou, devido ao ressurgimento de nacionalismos e extremismos, que trouxe à tona a ameaça terrorista, além da queda do modelo unilateral para uma complexa estrutura multilateral. Macedo (2013) discute o novo complexo sistema mundial da seguinte forma:

As novas complexidades que se sucederam com o fim da Guerra Fria foram antes assimiladas de forma simplista e irreal, por meio de visões que hoje se mostram equivocadas em seu ingênuo triunfalismo. A liquidação do Estado-Nação e o fim da própria História são hoje vistas como gigantescas quimeras, superadas pelo surgimento de novos atores estatais no cenário mundial – Brasil, China, Europa, Japão, Índia e Irã, por exemplo – e pelas contestações à economia de mercado e ao liberalismo econômico, estas quase sempre vocalizadas pelo radicalismo político ou pelo fanatismo religioso (MACEDO, 2013, p.54).

A nova ordem mundial é marcada pelo multilateralismo, justificado com a emergência de novos atores estatais e empresariais na dinâmica econômica global, conforme observado por Macedo. Os conflitos generalizados entre Estados são hoje pouco prováveis: a consolidação da democracia liberal, apesar de ainda não totalmente absoluta, facilita o respeito ao Direito Internacional e a princípios como não intervenção e autodeterminação dos povos. Porém, o ressurgimento de nacionalismos e fundamentalismo questiona a nova ordem e trazem os conflitos para um patamar de assimetria de forças, principalmente com o crescimento das ameaças terroristas. Essa nova dinâmica demanda a consolidação de lideranças políticas atuantes e busca pelo equilíbrio de poder com o fim de evitar a escalonada de conflitos e manter a paz mundial. É nesse contexto que se torna cada vez mais indispensável a aplicabilidade dos conceitos apresentados por Nye (2002, p.37) como poder duro (hard power) e poder brando (soft power). O primeiro é definido como poder de co-

erção, que se manifesta como a capacidade de impor comportamentos e resultados, moldar as preferências e interesses de parceiros e rivais. Já o segundo caracteriza a capacidade que um país tem para atingir seus objetivos por influência, valores e cultura.

Os Estados procuram, através de sua Política Externa, aumentar influência no Sistema Internacional de Estados de forma a fazer valer seus interesses. Segundo Luis (2013) isso é feito através de Estratégia, dividida em Defesa, que pode ser compreendida como ações militares da segurança nacional desenvolvida pelas Forças Armadas, e a Diplomacia, aliada a uma interpretação do ambiente internacional vindouro, definido anteriormente através do novo e complexo sistema mundial multilateral.

Nesse sentido, ainda de acordo Luis (2013) uma maneira de interpretar os interesses nacionais baseia-se em fatores como a localização geográfica, a experiência histórica, o código da língua e da cultura e a posição relativa no sistema internacional. No caso do Brasil, sua localização geográfica permite que sua área de atuação e influência seja o continente Sul-Americano somado à Antártica e estendido ao Atlântico Sul para os países da África. Um conjunto de ambientes pacíficos devido ao relacionamento muito próximo entre os países, facilitado pelos laços étnicos e culturais, e ao fortalecimento da integração regional no que tange a questões econômicas, sociais e de defesa (BRASIL, 2012).

A Constituição Brasileira de 1988 aponta que o país baseia suas relações internacionais pelos princípios de independência nacional, não-intervenção, autodeterminação dos povos, defesa da paz e da solução pacífica de conflitos. Esses e outros princípios estão presentes no artigo 4º da Constituição. Além deles, há o parágrafo único que estabelece a necessidade do país buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Dessa forma, o Brasil desenvolve uma política externa por meio da Diplomacia, garantindo os princípios contidos na Constituição Federal, buscando inserir o país na vanguarda das grandes decisões internacionais, além de aspirar uma cadeira permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Porém, sua

posição geográfica sempre manteve o país longe dos principais focos de conflitos e tensões internacionais, colocando-o numa posição periférica com relação ao centro de decisões da política internacional, fazendo com que o país necessite, portanto, de uma política externa atuante e coerente, de forma a inserir o Brasil em uma posição de influência no contexto internacional.

O caminho para a consolidação do Brasil no cenário Internacional começa com a afirmação do país como principal ator regional do continente Sul-Americano. Tal papel de liderança é definido por Buzan (2004) com o conceito de potência regional, isto é, Estados que reúnam capacidades necessárias à manutenção da estabilidade na região, permitindo à potência atuar como mediador entre sua zona de influência e a comunidade internacional. Essa afirmação do Brasil, no espaço que envolve o continente Sul-Americano e o Atlântico Sul, intensificou-se com as políticas de aproximação dos países do entorno estratégico por parte do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, fomentando alianças econômicas regionais e a cooperação em áreas como a Defesa. No cenário global, cabe destacar a participação do Brasil em missões de paz da ONU, uma importante ferramenta não só no esforço de ingressar como membro permanente na CSNU, mas também de exercer o papel de protagonista frente aos novos desafios e ameaças mundiais.

## PODER MILITAR E A DIPLOMACIA

O poder militar pode ser definido, em um primeiro momento, como instrumento da Defesa com o objetivo de garantir a soberania e integridade do território, a segurança da sua população e apoiar as políticas diplomáticas do Estado. Por meio de mecanismos expressos por Nye (2002), esse conceito é definido como a coerção, a dissuasão e a proteção, possuindo uma capacidade persuasiva que permite o uso das Forças Armadas tanto por meios diretos (violência física) como por meios indiretos (meios não violentos). As novas áreas de atuação, no entanto, como a cooperação e ajuda humanitária trazem um novo enfoque para a o uso do poder militar; o qual passa a ser não apenas apoio à

diplomacia política, mas também um ator com espaços próprios, assim, “as forças armadas são chamadas cada vez mais a serem instrumentos de política externa” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p.5).

A Defesa e a Diplomacia não são, entretanto, excludentes. Raymond Aron (2003) afirma que ambas são instrumentos utilizados pelos Estados para alcançar seus objetivos políticos; havendo, assim, a necessidade de uma aproximação e maior diálogo entre as duas, de modo a garantir os interesses nacionais de forma única. A capacidade militar do país está diretamente ligada à percepção de poder entre os Estados. Os meios diplomáticos se baseiam nessa percepção e buscam no diálogo promover seus interesses de modo que “[...] política sem respaldo da força é mero exercício da retórica”. (KISSINGER, 1999, p 112.).

Dessa forma, a formulação política de um país dispõe de diversos mecanismos para a atuação diplomática, mas é importante lembrar que sua conduta deve ser estabelecida de modo único, cabendo aos seus mecanismos, como a Defesa e a Diplomacia, agirem em conjunto de forma coerente para consolidar a atuação externa do Estado. Essa cooperação entre diplomatas e militares só é eficaz quando há uma interação que proporcione troca de ideias e novas perspectivas. Sendo assim,

torna-se racional e essencial que os pensamentos dos militares e diplomatas, atinentes a defesa e ao emprego político do poder militar, sejam convergentes, sinérgicos e discutidos de forma coordenada, apesar das especificidades de suas respectivas formações acadêmicas e experiências profissionais, valores, princípios e cultura, contribuindo para que os diplomatas possam firmar uma posição coerente com nossos interesses e possibilidades, especialmente nas situações de crise e conflitos” (ESPERANÇA JUNIOR, 2011, p.54).

As ações brasileiras tanto no âmbito regional quanto internacional demonstra a tendência do alinhamento envolvendo a Política Externa e a Política de Defesa no Brasil. Os documentos que dão base às ações sobre defesa nacional no Brasil – Política de Defesa Nacional (PND), Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional – deixam claro que a Política

Externa e a Política de Defesa são indissociáveis, ou seja, as questões sobre Defesa Nacional são parte da Política Externa brasileira.

Com isso, é possível inferir que a elaboração da política externa no Brasil passa pelas esferas de hard e soft power. As ações hardpower, divididas entre as vertentes econômica e militar, são consideradas por Nye (2002) como a aplicação da dissuasão e do poder econômico na formulação estratégica de suas políticas. Dessa forma, verifica-se que o campo militar abrange toda a articulação bélica do ator estatal. Além disso, cabe ressaltar que o Estado é o único detentor legítimo da força, ou seja, a articulação da vertente militar é exclusiva, porém o hard power vai além do simples uso da força em conflitos armados, estendendo-se à aplicação direta dos conceitos de coerção, dissuasão e indução. Nesse sentido, o poder militar caracteriza-se por essência em uma vertente do hard power.

O softpower pode ser definido como ações de atores não necessariamente estatais e que têm como principal eixo a atração e a persuasão, cujo objetivo principal é o uso de políticas diplomáticas que incrementam laços de amizade e a demonstrada disposição do país em estreitar relacionamentos. Nye define o softpower, baseando-se na difusão de valores e cultura de um país como ferramenta de persuasão.

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Nesse sentido é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto força-los a mudar mediante a ameaça ou o uso de armas militares ou econômicas. A este aspecto do poder – Levar os outros a querer o que você quer – dou o nome de Soft Power. Ele coopta as pessoas ao invés de coagi-las. (NYE, 2002, p.36)

### PODER NAVAL

O Poder Naval é a vertente marítima do Poder Militar responsável por garantir a soberania e integridade nacional nos oceanos, mares e águas interiores, além de ser o braço armado do

conceito de Poder Marítimo. Este último trata das capacidades, potencialidades e do uso dos mares e oceanos de um país; nelas estão contidas atividades que vão da pesca, passando pelo comércio marítimo e turismo até a exploração de recursos como o petróleo.

Alguns autores, como o estrategista Alfred Mahan, utilizaram elementos da história em seus textos para mostrar o papel do Poder Marítimo no desenvolvimento de uma nação. Para ele, o mar era a principal fonte de prosperidade e poder do país, não podendo ser negligenciado pelos países que desejavam se consolidar como grandes potências. Na concepção de Ken Booth (1997, p.50) o emprego do Poder Naval pode ser descrito como uma trindade, na qual as Marinhas de guerra são responsáveis por três funções básicas: a função militar, a função de policiamento e a função de apoio à diplomacia. Essas funções estão presentes no texto que define a missão da Marinha do Brasil.

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à Política Externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais (BRASIL, 2015).

Dessa forma, destacam-se do texto as funções da Marinha do Brasil divididas nas três categorias que formam a trindade:

1. Militar: trata da dissuasão, do preparo e do emprego do poder naval;
2. Política: trata da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, além do papel de Autoridade Marítima e;
3. Diplomática: trata da atuação em ações sob a égide de organismos internacionais e no apoio à Política Externa do País e da salvaguarda dos interesses nacionais.

A atuação de uma força naval nas questões políticas de um país demonstra a capacidade das Marinhas nos trâmites diplomáticos. Essa capacidade é traduzida por Booth (1997) como

táticas de diplomacia naval: demonstrações estáveis de poder naval, operações de organização e preparo específicas, ajuda naval, visitas operativas e visitas de boa vontade.

Historicamente o emprego da diplomacia naval em tempos de paz tem sido eficiente na busca por objetivos políticos, evitando, por muitas vezes, a escalada de um conflito bélico. Essa é uma característica das Marinhas, por atuarem no ambiente marítimo que possuem especificidades bem diferentes do ambiente terrestre, possibilitando às forças navais um constante contato com o meio externo, favorecendo as relações internacionais.

O Almirante Sergei Gorshkov foi o grande responsável pela idealização de uma Marinha soviética forte e capaz de fazer presença nos territórios de interesse da União Soviética. Ele foi responsável por forjar a mentalidade da necessidade do uso da Marinha como instrumento diplomático indispensável frente à disputa de influência no mundo com os Estados Unidos da América, além de propagar a ideia de que era missão das forças armadas soviéticas, com ênfase na Marinha, dar apoio nas guerras de independência dos países periféricos.

Ações demonstrativas por parte da marinha em muitos casos tornou possível alcançar fins políticos sem recorrer ao conflito armado, simplesmente exercendo a pressão de nosso poderio potencial e ameaçando iniciar operações militares. Assim, [...] a marinha tem sido sempre um instrumento de política dos Estados, um importante auxílio à diplomacia em tempos de paz (GORSHKOV, 1976, p. 247-248).

No Brasil, o Poder Naval como instrumento de política externa é papel da Marinha do Brasil, cujo emprego vem sendo desenvolvido desde o período imperial. Naquela época, a Marinha de guerra não era apenas utilizada na defesa do território, mas também em apoio direto às missões diplomáticas brasileiras – exemplo disso é a presença da esquadra na Região do Prata nos conflitos de interesses com países vizinhos como o Paraguai. “O Império desenvolveu uma Política Externa que, por diversas vezes, não deixava de lado uma fórmula específica: o uso da esquadra para sustentar e garantir suas decisões nos diversos

cenários em que o governo imperial estivesse envolvido” (MAVASIO, 2007, p. 7).

Nos dias de hoje, a Marinha do Brasil continua desempenhando um papel importante no apoio e condução da Política Externa brasileira. A diplomacia naval é aplicada de maneira eficaz, como no caso da ação de “mostrar a bandeira”, uma aplicação clássica do hard power. Dentre os mecanismos de que dispõe, analisaremos o Navio Escola “Brasil”, o que todo ano realiza uma viagem de instrução de cerca de seis meses com visitas a diversos portos estrangeiros, possuindo um importante prestígio e valor estratégico para o país.

### NAVIO-ESCOLA “BRASIL”: A EMBAIXADA ITINERANTE

O Navio-Escola “Brasil” (NE “Brasil”) é um navio de guerra construído no início dos anos 80 pelo Arsenal de Marinha com o objetivo de viabilizar um efetivo treinamento dos novos oficiais que se formavam na Escola Naval, proporcionando aos recém-nomeados Guardas-Marinha a prática de atividades, tais como navegação, meteorologia, operações navais, armamento, administração naval, controle de avarias e liderança, além de garantir aos Guardas-Marinha uma adaptação completa da vida de bordo e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos quatro anos de Escola Naval.

Além de sua missão principal, o NE “Brasil” desempenha o papel de mostrar a bandeira nacional no exterior. As viagens de instrução de Guarda-Marinha acontecem todo ano e possuem em média seis meses de duração; são visitados cerca de vinte portos no exterior, contribuindo para o estreitamento de laços diplomáticos e o uso efetivo da diplomacia naval em apoio à Política Externa brasileira. Em seu propósito, é bem definida essa missão de Embaixada Itinerante: “Além de instruir e forjar os jovens Oficiais da Marinha, o Navio-Escola “Brasil” cruza oceanos e mares levando a outros povos a amizade e a hospitalidade brasileiras, bem como aspectos da rica cultura de nossa Pátria. Pois, acima de tudo, somos ‘Brasil’” (REVISTA DO NAVIO ESCOLA “BRASIL”, 1995, p.7).

O NE “Brasil” desempenha, nesse sentido, a atividade de Mostrar a Bandeira, o que consiste, segundo os estudiosos, em atividade diplomática na qual se estimula o estreitamento de relações entre os países, chamando a atenção para as capacidades profissionais do Brasil. Vale ressaltar que o NE “Brasil” é um navio de guerra e a sua presença nos diversos portos do mundo é uma aplicação do hard power por essência, sendo essa sua principal finalidade no uso da diplomacia naval brasileira, mas não exclusiva, já que algumas atividades secundárias desenvolvidas pelo navio são parte da aplicação do soft power do nosso país.

Mostrar a Bandeira já é um instrumento de diplomacia naval desenvolvido de forma eficiente por muitos países. No século XIX, os Oficiais de Marinha eram investidos do poder de Ministro Plenipotenciário, sendo responsáveis pelas tratativas de comércio e proteção. No período da Guerra Fria, as visitas diplomáticas de navios e forças navais eram frequentes na busca de influência por parte das duas grandes potências em exercer influência sobre os países periféricos.

A atividade de Mostrar a Bandeira foi muito presente na Marinha soviética, seguindo os ideais difundidos pelo Almirante Gorshkov, levando as forças navais soviéticas a visitarem mais de 400 portos entre os anos de 1950 e 1970, com o objetivo de aumentar a influência da União Soviética sobre os países menos desenvolvidos (PINTO, 1989, p.48). Tais tratativas sempre foram vistas com muito bons olhos por autoridades como o Ministro do Exterior do Iêmen do Sul, que assim se pronunciou na ocasião da visita de uma força naval soviética ao seu país: “pela primeira vez na história navios de um país amigo visitaram o nosso país. No passado, muitos navios chegaram a Aden, mas eles não traziam o estandarte da amizade, mas a ameaça, a força e a escravidão” (GORSHKOV, 1973, p.120).

O roteiro das Viagens de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM) é elaborado e aprovado todo ano pelo Comandante da Marinha em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Indústria e Comércio, sofrendo alterações a cada ano, a depender das

demandas da própria Marinha ou de interesses diplomáticos do país. Em 2016, o navio visitou 18 portos, sendo dois deles nacionais. Ao todo foram 148 dias de viagem, passando pelas cidades de Salvador (BA), Las Palmas (Espanha), Sète (França), Mônaco, Civitavecchia (Itália), Barcelona (Espanha), Lisboa (Portugal), Londres (Inglaterra), Hamburgo (Alemanha), São Petesburgo (Rússia), Estocolmo (Suécia), Amsterdã (Holanda), Le Havre (França), Baltimore (EUA) e Jacksonville (EUA), Havana (Cuba), Kingston (Jamaica), Cartagena (Colômbia) e Fortaleza (CE) [Anexo I].

Algumas tratativas bilaterais, por exemplo, tiveram início exclusivamente pela visita do navio-escola brasileiro a algum porto de interesse, como foi o caso do Iêmen, que possui o seu primeiro registro de relações bilaterais com o Brasil na visita do então navio-escola “Vital de Oliveira” em 1880 e em 1951 com a visita ao porto de Aden pelo Navio-Escola “Almirante Saldanha” em escala de viagem de circunavegação (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2015).

Essas parcerias demandam uma série de eventos para o navio quando atracado em portos estrangeiros, pois ele passa a ser além de uma escola, um instrumento diplomático e um ponto de contato comercial. Dentre os eventos promovidos pelo NE “Brasil” cabe destacar alguns como aposição de flores em diversos monumentos de importância histórica, visita a autoridades como o Papa, a colocação do navio à disposição para visitas públicas, recepções protocolares para autoridades civis e militares locais e intercâmbio com outras Marinhas. As recepções protocolares nos portos do exterior, assim como as visitas públicas, são sempre uma grande oportunidade de difundir a características do povo brasileiro, tais como tradições, hábitos, costumes, religião, dentre outros. São servidos a bordo produtos fornecidos por empresas brasileiras como uma forma de merchandising. As recepções e visitas são também o momento de interagir com autoridades e civis de outros países, nas palavras do então Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Alberto Biggs Vasconcelos (1995, p.5), comandante do NE “Brasil”, na IX Viagem de instrução de Guardas-Marinha em 1995:

Adentrando aos portos das nações amigas, nossa escola se transformará em embaixada, levando aos povos irmãos um pouco de nossa cultura, nosso modo de ser, nossas conquistas e esperanças. Mostrando nossa bandeira com orgulho e, ao mesmo tempo, recebendo das nações amigas o acervo cultural que o convívio com outros povos e outras culturas sempre proporciona.

Em 2014, a Marinha do Brasil e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República firmaram um acordo segundo o qual o navio exibiria, durante as recepções protocolares para autoridades e visitas públicas, uma mostra de artigos artesanais brasileiros, distribuindo para os visitantes catálogos com fotos dos principais itens do mostruário, além do contato direto dos fabricantes, o que possibilita a aquisição dos artigos artesanais. Essa é uma pequena amostra da aplicação do poder econômico.

As visitas públicas possuem um elevado potencial de divulgar a cultura brasileira. Além de aumentar a visibilidade do país no exterior, é uma importante ação de soft power. A mentalidade marítima de algumas nações, principalmente as europeias, torna a chegada do NE “Brasil” um grande evento para a população da cidade onde o navio se encontra atracado. Acrescenta-se a isso o fato de que a presença dos militares do navio no país permite uma interação com outros povos, ampliando os horizontes culturais e sociais dos Guardas-Marinhas e da população local.

É importante destacar que a presença do NE “Brasil” no exterior também mostra ao mundo as capacidades do país, “um navio de guerra retrata o grau de desenvolvimento tecnológico atingido por um país, o Poder Militar existente, a capacidade de projeção de poder” (PINTO, 1989, p.45), esse conceito é a face do hard power empregado pelo navio. O NE “Brasil” possui simuladores de treinamento tático, de controle de avarias, um compartimento de direção de tiro, centros de operações de combate, proporcionando ao Guarda-Marinha um treinamento eficaz com os mesmos desafios e dificuldades encontrados a bordo dos nossos navios de guerra. Todos esses sistemas foram desenvolvidos no Brasil, o que demonstra

a capacidade tecnológica e o preparo do país frente ao contexto tecnológico. Cabe ressaltar também que o navio foi construído em território nacional e possui um índice de nacionalização de 60%, com isso, sua presença no exterior se aproxima de uma plataforma industrial produzido pelo Brasil (REVISTA do NAVIO-ESCOLA “BRASIL”, 2002, p.9).

O NE “Brasil” também é, muitas vezes, palco de tratativas políticas e econômicas. Políticos e diplomatas solicitam a presença do navio em alguns portos no exterior para assinar tratados e acordos dentro do navio. Essa prática tem a finalidade de sustentar e garantir a efetividade dos acordos deliberados, com a ação de presença de um instrumento de diplomacia naval, uma clássica aplicação do hard power. Durante a VIGM Guardas-Marinha, o NE “Brasil” recebe Guardas-Marinha de outras nacionalidades como parte do programa de intercâmbio da Marinha do Brasil com outras Marinhas com o objetivo de estreitar laços com nações amigas e o intercâmbio de informações entre as forças de diferentes países. Cabe lembrar que os Guardas-Marinhas de outras nacionalidades serão os futuros chefes navais em seus países de origem, da mesma forma que os Guardas-Marinhas brasileiros, o que com certeza facilitará futuras tratativas entre as forças.

Essa atividade também mostra a capacitação profissional da Marinha brasileira, o que desperta a vontade de alguns países em fazer parte desse intercâmbio. A escolha dos países convidados para a viagem varia ano após ano. O NE “Brasil” possui diversos mecanismos que promovem sua atuação como instrumento de Política Externa. Esse potencial, no entanto, ainda é subaproveitado pelo Estado brasileiro. Há a necessidade de uma maior aproximação entre a Defesa e a Diplomacia na formulação de políticas conjuntas de modo a utilizar essa plataforma com maior eficácia na busca da afirmação do Brasil como líder regional e consolidação frente ao cenário mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final da Guerra Fria, o esgotamento da bipolaridade e a não consolidação do mode

lo hegemônico unilateral dos Estados Unidos possibilitaram o surgimento de novos atores. A nova proposta é pautada em um Sistema Internacional de Estados de caráter multilateral, na qual os próprios Estados buscam através de suas políticas aumentar suas influências no cenário mundial.

Dentre os diversos mecanismos disponíveis para a formulação de uma política externa coerente e atuante, encontram-se a Diplomacia e Defesa. O uso do Poder Militar nas políticas diplomáticas tem se mostrado eficiente na atuação externa do país. A aproximação da Defesa e da Diplomacia permite o uso de potencialidades como a diplomacia naval, na garantia de interesses e na consolidação do país como um importante ator global.

Em tempos de paz, o Poder Naval se utiliza da atuação de forças navais para empregar a dissuasão e a diplomacia naval, de forma a fazer valer o interesse nacional, angariando influência a fim de atingir os propósitos políticos e estratégicos do Estado. O presente ensaio conclui que o NE “Brasil” é um instrumento de Política Externa brasileiro muito eficaz, com a capacidade de projetar o Brasil como importante ator do processo de globalização.

Em suas atividades no exterior, a Embaixada Itinerante exerce ações de hard power ao mostrar a bandeira e ao mostrar a capacidade tecnológica e profissional do nosso país. Apesar de ser um navio de guerra, o NE “Brasil” atraca em diversos portos estrangeiros sem ter um caráter intervencionista ou imperialista, aspecto fundamental na formulação da política diplomática do país.

O NE “Brasil” consegue ainda combinar suas atividades de hard power com ações que se caracterizam como soft power, como quando dispõe o navio para visitas públicas e na interação da tripulação e dos Guardas-Marinha com a população local, mostrando ao mundo mais do que a nossa capacidade profissional e tecnológica, mas também o nosso povo, a nossa cultura e os valores do país. O uso dessa ferramenta de Política Externa ainda é, no entanto, subaproveitado por parte do Estado brasileiro. É, portanto, necessário aprimorar e intensificar as políticas de Defesa e Diplomacia de

maneira a integrá-los, o que acarretaria um uso mais efetivo desse mecanismo; visto que o NE “Brasil” possui um importante valor estratégico para o Brasil.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALISNA JR, João Paulo S. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 52, p. 173-191, jun./dez. 2009.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** São Paulo: Un. Brasília, 2002.

BOOTH, Ken. **Navies and foreign policy.** London: Croom Helm, 1977

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, p292.

BRASIL. Mensagem Presidencial n. 323. **Política de Defesa Nacional.** 2012. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em 15 Ago. 2015.

BRASIL. República do Iêmen. **Ministério das Relações Exteriores.** Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5230:república-do-iemen&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5230:república-do-iemen&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478)>. Acesso em 15 Set. 2015.

BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century.** Cambridge: Polity Press, 2004.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Le Meilleur des Ambassadeurs: théorie et pratique de la diplomatie navale.** Paris: Economica; Institut de Stratégie Comparée, 2010.

ESPERANÇA JUNIOR, Jorge Santos. **Dissuasão e Política Externa: a relação do poder militar e a diplomacia no Brasil: diplomacia e defesa, temas indissociáveis.** 2011. Monografia (Curso de Estratégia e Política Marítimas-CPEM), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.

FUKUYAMA, Francis. **The end of History and**

**the last man.** Hamish Hamilton. London, 1992.

GORSHKOV, Sergei. **Red star rising at sea.** Annapolis: Naval Institute Press, 1973.

GORSHKOV, Sergei G. **The sea power of the State.** Annapolis: Naval Institute Press, 1976

KISSINGER, Henry. **A Diplomacia das Grandes Potências.** Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1999.

LUIS, Camila C. R., **Ao mar, navegar é preciso: o pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis a política externa brasileira.**, 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (PUC-SP, UNESP e UNICAMP), São Paulo.

MACEDO, Oswaldo H. T. DE, **A Diplomacia Naval: Uma perspectiva para o Século XXI.** 2013. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.

MARINHA DO BRASIL. **Missão e Visão de Futuro da Marinha.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/html/missao-visao.html>>; Acesso em 4 Jul. 2015.

MARINHA DO BRASIL. **Revista do Navio Escola “Brasil”.** Rio de Janeiro, 1995.

MARINHA DO BRASIL. **Revista do Navio Escola “Brasil”.** Rio de Janeiro, 2002..

MAVASIO. Ney Paes Loureiro. **A Marinha de Guerra e o Império: a marinha brasileira como braço da política externa imperial.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007, São Leopoldo. Anais eletrônicos... São Leopoldo, 2007. Disponível em <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ney%20Paes%20Loureiro%20Mavasio.pdf>>. Acesso em 01 Set. 2015

NYE Jr., Joseph S. **Paradoxo do Poder Americano.** São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PINTO. Paulo Lafayette. **O Emprego do Poder Naval em Tempo de Paz.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.